

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.616 - AL (2019/0000228-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **UNIÃO**
AGRAVADO : **LÚCIO ANTÔNIO ARANTES**
AGRAVADO : **LUIS ALBERTO BACELAR VIDAL**
AGRAVADO : **LUÍS ANTÔNIO ANO BOM**
AGRAVADO : **LUIS CARLOS MAIA CERQUEIRA**
AGRAVADO : **LUIS CLAUDIO SANTOS**
AGRAVADO : **LUIS CORREA DOS SANTOS**
AGRAVADO : **LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI**
AGRAVADO : **LUIS FERNANDO GRANDINI**
AGRAVADO : **LUIS SHIGUERU MIURA**
AGRAVADO : **LUIZ ALBERTO TONET**
AGRAVADO : **SINDIFISCO NACIONAL - SIND. NAC. DOS AUD. FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**
ADVOGADOS : **JOÃO HUMBERTO DE FARIAS MARTORELLI - PE007489**
 DANIEL CONDE BARROS - AL005860
 SÉRGIO LUDMER E OUTRO(S) - PE021485
 RAFAEL OLIVEIRA SOARES - AL010280
 IGOR CORREIA PACHECO DE ALMEIDA - AL011837

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pela UNIÃO, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. JUROS MORATÓRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO PROVIDOS, EM PARTE. INCIDÊNCIA ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, - NÃO CABIMENTO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. - AÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 345, DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. ARTIGO 1º-F, DA LEI 9.494/97; COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/09. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO STF. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DAS ADI'S 4357 E 4425. TR E IPCA-E.

1. Agravo de Instrumento manejado em face de decisão que arbitrou honorários advocatícios nos autos da execução, incluiu juros de mora até o trânsito em julgado dos Embargos à Execução e aplicou o IPCA-E como índice de correção monetária.

2. No caso de os embargos serem julgados totalmente procedentes ou procedentes, em parte, com substancial alteração de

valor exigido, além da demora ser oriunda da apresentação de cálculos equivocados pela parte exequente, não deve a Fazenda Pública, que não concorreu para a referida demora, ser penalizada a arcar com juros de mora.

3. A Súmula nº 345, do eg. STJ, enuncia que 'São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de Sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.'. Cabível, portanto, a fixação dos honorários advocatícios na execução em tela.

4. O Col. STF, em sessão plenária realizada em 25-03-2015, firmou entendimento relativamente à modulação dos efeitos da decisão que declarou parcialmente inconstitucional o regime especial de pagamento de precatórios, mantendo-se, quanto aos precatórios federais, a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) até 31-12-2013 (art. 27, das Leis nºs 12.919/13 e 13.080/15 - LDO de 2014 e 2015) e, a partir de então, do índice IPCA-E. Agravado de Instrumento provido, em parte" (fls. 104/105e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram parcialmente providos, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. FORMA DE APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS MORATÓRIOS.

1. Embargos de Declaração opostos pelo Particular e pela União. O Primeiro aduziu existir omissão e obscuridade, quanto aos valores irrisórios indicados pela União, conduta esta que dera causa à mora processual, e em relação ao índice de correção monetária aplicado ao caso. A União argumentou haver omissão quanto ao disposto no art. 97, Constituição Federal, em relação à correção monetária e a incidência da Lei nº 11.960/09, até que o STF promova o julgamento do RE nº 870.847/SE.

2. O termo final para a incidência de juros moratórios na execução é o trânsito em julgado da sentença proferida em sede de embargos à execução, porquanto é ela que determina a data em que houve a liquidação do valor executado, isto é, o 'quantum debeatur'.

3. Enquanto pendente de julgamento o REsp nº 870.947/SE, incluído em sede de repercussão geral, sobre os atrasados devem incidir juros de mora no percentual de 0,5% ao mês, e correção monetária nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal.

4. Incabível a invocação da cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da CF/88, tendo em vista não se verificar a

declaração de inconstitucionalidade da norma citada pela Embargante Embargos de declaração providos, em parte, com efeitos infringentes" (fls. 142/143e).

No Recurso Especial, sustenta a parte recorrente:

"VI.2 - DA OFENSA DIRETA À LEGISLAÇÃO FEDERAL

O acórdão em tela afrontou diretamente os seguintes dispositivos de lei federal: art. 27 da Lei n.º 9.868/99 e 1º-F da Lei n.º 9.494/97, tendo em vista ainda ser cabível a aplicação do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97, com a redação dada pela Lei n.º 11.960/2009.

DA LEI Nº 11.960/2009

Não fosse suficiente, o acórdão recorrido também não prospera, por ter afastado a incidência da lei em tela.

No assunto, relativo à correção monetária, cumpre aduzir que, embora o STF tenha declarado a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 5º da Lei n.º 11.960/09, quando do julgamento da Questão de Ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.º 4357 e 4425, a referida declaração de inconstitucionalidade teve seu alcance limitado à parte em que o texto legal se inspirava no art. 100, § 12, da CF/88, incluído pelo EC n.º 62/09, o qual se refere, tão somente à atualização de valores de requisitos, motivo pelo qual se deve observar a Lei n.º 11.960/09 em relação à correção monetária e aos juros de mora até que o STF promova o julgamento do RE n.º 870.947/SE, que reconheceu a repercussão geral da matéria, nos seguintes termos:

(...)

Logo, o próprio Supremo Tribunal Federal, na repercussão geral reconhecida no RE 870.947/SE, limitou o alcance da declaração de inconstitucionalidade das referidas ADIs aos créditos inscritos em precatório, sendo portanto necessária ainda a orientação daquela Corte quanto aos entendimentos formados nas referidas ADIs.

Frise-se, pois, que a inconstitucionalidade do 1º-F da Lei n.º 9.494/1997, com redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, é restrita à atualização monetária do precatório, não afetando a atualização da condenação que se promove na fase de cumprimento do julgado, antes da própria expedição do requisito de pagamento.

E não poderia ser diferente, pois a norma constitucional impugnada nas citadas ADIs (art. 100, § 12, da CR/88, incluído pela EC n.º 62/90) trata exclusivamente da correção monetária de precatório, nada disciplinando sobre a atualização da condenação, a qual é promovida antes da expedição daquele.

Portanto, restando vigente o art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 (redação da Lei n.º 11.960/2009), deve ser aplicada a TR como forma de

atualização da dívida, em atenção também aos seguintes diplomas:

(...)

Trata-se, pois, de incidência imediata da lei processual sob a tutela do princípio *tempus regit actum*, de forma a não atingir situações jurídico-processuais consolidadas pelo regime anterior, mas alcançando as situações surgidas sob a égide do novo Diploma, naqueles processos em curso.

Significa dizer, portanto, que desde o início de vigência da Lei nº 11.960/09, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, as condenações impostas à Fazenda Pública estão sujeitas, somente, aos 'índices oficiais de remuneração básica e juros de mora aplicáveis à caderneta de poupança'.

Com efeito, a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997 e o consequente afastamento da TR como índice de correção, ATINGE, TÃO SOMENTE, A ATUALIZAÇÃO DO PRECATÓRIO (PERÍODO ENTRE A SUA EXPEDIÇÃO E O EFETIVO PAGAMENTO), SITUAÇÃO, ALIÁS, QUE FOGE DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA CAUSA, POIS SE TRATA DE QUESTÃO AFETA AO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL.

DA QUESTÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO

(...)

No tocante ao pedido de fixação de verba honorária da fase executiva, fulcrado na Súmula 345 do Superior Tribunal de Justiça ('São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas'), não merece prosperar o pleito de execução de verba honorária, haja vista que os precedentes judiciais que deram origem a essa Súmula, admitiram essa verba honorária apenas quando a sentença da ação coletiva seja genérica e sem fixação de verba honorária.

(...)

Cabe ainda registrar que a execução por grupos de Substituídos Processuais decorreu de decisão judicial do Juiz do processo de conhecimento, para evitar prejuízos à defesa, na fase executiva, da Executada, mas que não trouxe nenhum adendo quanto à apuração do valor de cada Substituído Processual, havendo mera execução de sentença de conteúdo específico.

Nessa situação, o pleito para fixação de verba honorária, à luz da Súmula 345 do STJ não merece ser acolhido" (fls. 150/161e).

O Recurso Especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem (fls. 291/292e).

Com efeito, a tese apresentada pela parte recorrente teve repercussão geral

reconhecida, pelo Plenário do STF, nos autos do Recurso Extraordinário 870.947/SE, Relator Ministro LUIZ FUX, em que se discute a "validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009" (Tema 810).

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal deferiu o efeito suspensivo aos Embargos de Declaração opostos com a finalidade de modulação dos efeitos do julgamento do RE 870.947/SE, por entender que a aplicação imediata do **decisum** embargado pelas instâncias **a quo** poderia ensejar a realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

"DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO CPC/2015. DEFERIMENTO" (EDcl no RE 870.947/SE, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe de 25/09/2018).

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, III, do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o Agravo em Recurso Especial fique sobrestado até o julgamento definitivo do Tema 810 pelo Supremo Tribunal Federal e, após, seja submetido a julgamento na forma do art. 1.040 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora